



---

# **CONSTRUÇÃO**

---

## **FATOR ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL**

---

### **Agenda da Indústria da Construção aos Presidenciais**

---

#### **ELEIÇÕES 2026**

---

#### **PROPOSTA CENTRAL**

---

Um convite ao desenvolvimento do Brasil, para transformar habitação, infraestrutura, obras públicas, obras industriais e desenvolvimento urbano em prioridades de estado, com planejamento, *funding* permanente, segurança jurídica e ambiente favorável ao investimento.



# A CBIC

**Representante nacional e porta-voz da indústria da construção e do mercado imobiliário no Brasil**, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) foi fundada em 1957, no estado do Rio de Janeiro, e carrega como missões estratégicas integrar o ecossistema da indústria, apoiar e conectar empresas, valorizar o trabalhador e conduzir o diálogo com o poder público para melhorar o ambiente de negócios e ampliar o mercado pelo estímulo ao investimento privado na habitação, infraestrutura, obras industriais e corporativas. A entidade atua pela modernização continuada das empresas e o fortalecimento do associativismo do setor.

**Formada por 84 entidades, a CBIC está presente em todas as regiões do país.** Liderada por um Conselho de Administração eleito por suas associadas, a atuação operacional e técnica da CBIC está ancorada em seu Comitê Econômico e nove comissões técnicas, cuja atuação alcança os temas estratégicos do setor:

- **CII:** Comissão da Indústria Imobiliária;
- **CHIS:** Comissão de Habitação de Interesse Social;
- **CMA:** Comissão do Meio Ambiente e Sustentabilidade;
- **COIC:** Comissão de Obras Industriais e Corporativas;
- **COINFRA:** Comissão de Infraestrutura;
- **COMAT:** Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade;
- **CONJUR:** Conselho Jurídico.
- **CPRT:** Comissão de Política de Relações Trabalhistas; e
- **CRS:** Comissão de Responsabilidade Social.

**No âmbito institucional, a CBIC atua como porta-voz da indústria da construção no encaminhamento dos temas da agenda estratégica do setor**, por meio do diálogo técnico de alto nível e a apresentação de dados e propostas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário federais, assim como os demais entes com relacionamento e interface junto à construção.

**A CBIC também representa a construção brasileira nos mais importantes fóruns internacionais**, sendo associada e fazendo parte da alta direção de instituições como Federação Interamericana da Indústria da Construção (FIIC), que congrega 19 câmaras de 18 países da América Latina e Caribe; a Confederação Internacional das Associações de Construção (CICA), com sede em Paris; e a International Housing Association (IHA), que reúne representantes de entidades internacionais do setor habitacional, com sede nos Estados Unidos.



# SÍNTESE EXECUTIVA

A Agenda da Indústria da Construção aos Presidenciais propõe reconhecer a construção como parte estratégica de um projeto de desenvolvimento nacional. Seu propósito é transformar habitação, infraestrutura, obras públicas, obras industriais e desenvolvimento urbano em prioridades de Estado, com planejamento de longo prazo, financiamento permanente, segurança jurídica e continuidade dos investimentos.

A construção converte decisões públicas e privadas em moradias, redes de infraestrutura, instalações produtivas e equipamentos sociais. Ao gerar emprego e renda, integrar territórios e ampliar a capacidade produtiva, contribui para a competitividade da economia, a inclusão social e a qualidade de vida da população. A Agenda associa esse papel à modernização do próprio setor, com maior produtividade, inovação, qualificação profissional e sustentabilidade.

## VISÃO DA CBIC

Um país socialmente mais justo, fiscalmente responsável e capaz de planejar, financiar e executar os investimentos necessários ao desenvolvimento sustentável, assegurando a operação e a manutenção da infraestrutura, das edificações e dos serviços à população.

## 2 BLOCOS 7 Eixos Estratégicos

**Bloco I: Visão de País** reúne as condições para recuperar e sustentar a capacidade nacional de investimento:

- **Planejamento, governança e visão de longo prazo:** prioridades técnicas, coordenação entre governos, continuidade das políticas e avaliação de resultados.
- **Equilíbrio fiscal, juros e eficiência do Estado:** sustentabilidade das contas públicas, reformas estruturantes e qualidade do gasto, criando condições para reduzir sustentavelmente o custo do capital e ampliar investimentos.

**Bloco II: Agenda Estratégica da Construção** estabelece as condições e frentes de atuação para o setor contribuir com esse desenvolvimento:

- **Ambiente de negócios, funding e crédito:** previsibilidade regulatória, simplificação de processos, segurança contratual, fontes permanentes de financiamento e acesso ao crédito.
- **Habitação, mercado imobiliário e desenvolvimento urbano:** política habitacional permanente, ampliação do acesso à moradia e produção imobiliária integrada a emprego, infraestrutura e serviços.
- **Infraestrutura e integração nacional:** planejamento integrado e investimentos públicos, privados e híbridos que reduzam gargalos e ampliem a competitividade nacional.
- **Edificações, obras públicas e equipamentos sociais:** projetos e contratações de qualidade, continuidade das obras e previsão de recursos para seu efetivo funcionamento e manutenção.
- **Produtividade, industrialização, inovação, trabalho e sustentabilidade:** modernização produtiva, transformação digital, qualificação e valorização do trabalho formal, com responsabilidade ambiental e resiliência climática.

## Um convite ao desenvolvimento do Brasil

A CBIC convida os candidatos à Presidência da República a construir uma visão de Estado que reconheça a construção como motor do desenvolvimento nacional e incorpore as prioridades desta Agenda aos programas de governo. A entidade e suas associadas colocam sua capacidade técnica e institucional à disposição do Estado brasileiro para, em parceria, aprofundar propostas, formular soluções e apoiar sua implementação. É um compromisso de participação na construção de políticas duradouras, capazes de transformar investimentos em oportunidades e melhores condições de vida para a população.



## Abertura

# CONSTRUÇÃO FATOR ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Quando o Estado cria condições, estabelece prioridades e reconhece o papel estratégico da construção, o setor transforma iniciativa, empreendedorismo e capacidade de realização em investimento concreto: infraestrutura, moradia, equipamentos públicos, estruturas produtivas e cidades funcionais. É assim que decisões públicas e privadas se convertem em emprego, renda, oportunidades e ativos capazes de sustentar o desenvolvimento econômico e social.

A infraestrutura ganha destaque nesse processo por integrar territórios, reduzir custos, ampliar a eficiência da economia e sustentar a expansão produtiva. Mas o alcance da construção é mais amplo, envolve também habitação, mercado imobiliário, obras públicas, obras industriais e desenvolvimento urbano.

Os estudos mais recentes elaborados pela CBIC e seus parceiros institucionais apontam que o Brasil precisa investir cerca de R\$ 500 bilhões por ano em infraestrutura, mas atualmente investe aproximadamente R\$ 300 bilhões, o que representa um hiato anual de R\$ 200 bilhões. Reduzir essa distância exige planejamento de longo prazo, fontes permanentes de financiamento, políticas públicas consistentes, segurança jurídica e boa articulação entre investimentos públicos e privados.

Adiar investimentos necessários não significa economizar recursos. Significa postergar benefícios, ampliar gargalos, elevar custos futuros e limitar crescimento, competitividade e qualidade de vida. O desafio é transformar necessidades reconhecidas em prioridades de Estado, com planejamento, financiamento, execução e continuidade.

É a partir dessa visão que a Agenda se organiza: de um lado, condições necessárias ao desenvolvimento do País; de outro, principais desafios e prioridades da construção brasileira, com propostas que contribuem para acelerar o desenvolvimento nacional e assegurar sua consistência e continuidade.



# BLOCO I VISÃO DE PAÍS

Reúne as condições estruturais, macroeconômicas e institucionais necessárias ao desenvolvimento nacional, com foco no planejamento de longo prazo, na continuidade das políticas públicas, no equilíbrio fiscal, na eficiência do Estado e na ampliação da capacidade de investimento do País.

## **Eixo 1**

Planejamento, governança e visão de longo prazo.

## **Eixo 2**

Equilíbrio fiscal, juros e eficiência do Estado

## Eixo 1

# Planejamento, governança e visão de longo prazo.

## Contexto / diagnóstico

O Brasil enfrenta dificuldades para assegurar continuidade às políticas públicas e aos investimentos estratégicos de longo prazo. A fragmentação das iniciativas governamentais, a insuficiente coordenação entre órgãos e esferas de governo e as mudanças de prioridades a cada ciclo político comprometem o planejamento, a execução e os resultados dos investimentos.

Superar esses desafios exige uma visão de Estado, capaz de articular políticas, programas e

projetos, estabelecer prioridades técnicas e assegurar sua continuidade, sem afastar as competências e responsabilidades dos governos eleitos. Nesse planejamento, a construção e seus diferentes segmentos devem integrar a visão de longo prazo do País, articulando sua capacidade de investimento e produção às necessidades de moradia, infraestrutura, desenvolvimento urbano e expansão das atividades produtivas.

## Temas prioritários / Propostas

### 1.1 Planejamento nacional e continuidade das políticas públicas

- Planejamento nacional de longo prazo.
- Continuidade das políticas e projetos estratégicos entre governos, com mecanismos institucionais de transição.
- Criação de um Conselho ou Fórum Permanente de Estado para a Construção, voltado ao planejamento de longo prazo e à continuidade das políticas nacionais de habitação, infraestrutura e desenvolvimento, tendo a indústria da construção como Locomotiva.

### 1.2 Prioridades nacionais e integração dos investimentos

- Carteira nacional de projetos prioritários, organizada por eixos estratégicos e territórios.
- Critérios técnicos de priorização, considerando maturidade, benefícios, resiliência e custo do ciclo de vida dos projetos.
- Integração entre políticas públicas, programas e investimentos estratégicos.

### 1.3 Governança, coordenação e avaliação de resultados

- Coordenação interministerial e federativa, com participação do setor produtivo e demais atores envolvidos na formulação e articulação das políticas, programas e investimentos estratégicos relacionados à construção.
- Governança e acompanhamento permanente das prioridades nacionais, com metas, indicadores, transparência, avaliação de resultados e mecanismos de correção de rumos.

## Objetivo

Promover uma visão de Estado para o planejamento e continuidade das políticas e investimentos estratégicos voltados ao desenvolvimento nacional, com a criação de um Conselho ou Fórum Permanente de Estado para a Construção, de caráter interministerial, com participação do setor produtivo, da academia e demais atores envolvidos.

Essa instância promoverá a integração das políticas, programas e investimentos, apoiada em planejamento técnico, definição de papéis e responsabilidades, metas, indicadores e mecanismos permanentes de acompanhamento e avaliação de resultados.

## Eixo 2

# Equilíbrio fiscal, juros e eficiência do Estado



### Contexto / diagnóstico

O desequilíbrio das contas públicas, o elevado custo da dívida e dos juros e as limitações de eficiência do Estado restringem a capacidade do Brasil de investir e criar condições favoráveis ao crescimento econômico. A rigidez das despesas, os critérios de destinação dos recursos públicos e as dificuldades de modernização da administração pública reduzem o espaço para investimentos estratégicos e comprometem a efetividade das políticas públicas.

A superação desses desafios exige

responsabilidade fiscal, reformas estruturantes, maior qualidade do gasto e revisão dos mecanismos de alocação dos recursos públicos, reconhecendo habitação e infraestrutura como prioridades estratégicas nacionais. O equilíbrio das contas, combinado à eficiência administrativa e à melhor destinação dos investimentos, constitui condição fundamental para reduzir sustentavelmente o custo do capital, recuperar a capacidade de investimento do Estado e estimular os investimentos privados.

### Temas prioritários / Propostas

#### 2.1 Equilíbrio fiscal e sustentabilidade das contas públicas

- Responsabilidade fiscal, sustentabilidade das contas públicas e controle da trajetória da dívida.
- Reforma previdenciária, com equidade e convergência gradual entre regimes.
- Recuperação da capacidade de investimento público, com preservação de recursos para projetos estratégicos.

#### 2.2 Reforma administrativa e eficiência do Estado

- Reforma administrativa abrangente, com modernização da gestão, valorização das capacidades técnicas e melhoria do desempenho do Estado.
- Simplificação, digitalização e modernização dos serviços e processos administrativos públicos.
- Aperfeiçoamento da governança de ativos e empresas públicas, com transparência e avaliação de resultados.

#### 2.3 Juros, qualidade do gasto e investimentos públicos

- Criação de condições macroeconômicas para redução sustentável dos juros, spreads e custo do capital de longo prazo.
- Reavaliação dos mecanismos de vinculação, destinação e programação dos recursos públicos, incluindo orçamento da União, emendas parlamentares e fundos, priorizando investimentos estratégicos em habitação e infraestrutura.
- Qualificação dos investimentos públicos, com critérios técnicos de priorização, maturidade dos projetos, eficiência da execução e avaliação de resultados.

### Objetivo

Promover a sustentabilidade das contas públicas e ampliar a eficiência do Estado em horizonte de médio e longo prazos, com reformas estruturantes, melhoria da qualidade do gasto e critérios técnicos de alocação dos recursos públicos.

Criar condições para a redução sustentável dos juros e do custo do capital, recuperar a capacidade de investimento público e estimular os investimentos privados, reconhecendo habitação e infraestrutura como prioridades estratégicas nacionais.



# BLOCO II

## AGENDA ESTRATÉGICA DA CONSTRUÇÃO

Reúne as condições estruturais e setoriais necessárias para ampliar a capacidade da indústria da construção de investir, produzir, gerar empregos e contribuir para o desenvolvimento nacional, contemplando ambiente de negócios, *funding* e crédito, habitação e desenvolvimento urbano, infraestrutura e integração nacional, edificações e obras públicas, produtividade, industrialização, inovação, trabalho e sustentabilidade.

### Eixo 3

Ambiente de negócios, *funding* e crédito

### Eixo 4

Habitação, mercado imobiliário e desenvolvimento urbano

### Eixo 5

Infraestrutura e integração nacional

### Eixo 6

Edificações, obras públicas e equipamentos sociais

### Eixo 7

Produtividade, industrialização, inovação, trabalho e sustentabilidade

## Eixo 3

# Ambiente de negócios, Funding e crédito



## Contexto / diagnóstico

Capacidade de investimento depende de segurança jurídica, estabilidade regulatória, fontes permanentes de financiamento e condições adequadas de acesso ao crédito. A complexidade normativa, burocracia e morosidade dos processos de aprovação e licenciamento elevam custos, riscos e afastam os investidores.

Superar esses entraves exige simplificação administrativa, previsibilidade regulatória e diversificação das fontes de financiamento, mobilizando recursos públicos e privados para ampliar investimentos em habitação, infraestrutura e modernização produtiva.

## Temas prioritários / Propostas

### 3.1 Ambiente de negócios e segurança jurídica

- Estabilidade regulatória e previsibilidade para investimentos
- Simplificação de processos administrativos, aprovações, licenciamentos e redução de custos cartoriais.
- Programa federal de incentivo à harmonização de normas e procedimentos estaduais e municipais, para modernizar códigos de obras, aprovações, exigências dos Bombeiros e emissão do habite-se.
- Aperfeiçoamento da regulação de concessionárias de energia e saneamento para simplificar procedimentos e dar previsibilidade aos prazos.
- Segurança contratual, com equilíbrio econômico-financeiro, solução de controvérsias, garantias pós-obra e responsabilidades técnicas definidas.
- Aperfeiçoamento da regulamentação e implementação da Reforma Tributária do Consumo, com revisão do cronograma, simplificação de obrigações acessórias e mitigação dos impactos na construção.

### 3.2 Funding: fontes e instrumentos de financiamento

- Ampliação do orçamento público para habitação de interesse social e infraestrutura.
- Fortalecimento do FGTS como fonte de financiamento habitacional, preservando sua capacidade de apoiar a produção e a aquisição de moradias.
- Transição segura para o novo modelo do SBPE, assegurando a disponibilidade de recursos para produção e aquisição de imóveis residenciais.
- Diversificação e ampliação de fontes permanentes para habitação, infraestrutura e investimento produtivo, incluindo recursos do pré-sal.
- Ampliação do financiamento público e privado de longo prazo, via mercado de capitais, fundos, investidores institucionais, BNDES, bancos regionais e organismos multilaterais.
- Fortalecimento de fundos garantidores e instrumentos de mitigação de riscos, incluindo fundos climáticos e financiamento sustentável.

### 3.3 Crédito: acesso e condições de financiamento

- Ampliação e modernização do crédito à produção, investimento e à aquisição de imóveis com contratação simplificada e prazos, custos e garantias adequados
- Ampliação do crédito às pequenas e médias empresas da construção, com instrumentos adequados às necessidades.
- Linhas de crédito para industrialização, inovação, modernização tecnológica, aquisição de equipamentos e empreendimentos sustentáveis.

## Objetivo

Promover ambiente de negócios seguro, eficiente e competitivo, com estabilidade regulatória, simplificação administrativa, segurança jurídica e modernização dos processos de aprovação e licenciamento. Fortalecer e diversificar as fontes permanentes de financiamento, mobilizando recursos

públicos e privados e ampliando as condições de acesso ao crédito para habitação, infraestrutura e investimento produtivo. Medidas concretas para ampliar os investimentos, reduzir custos e riscos, fortalecer a capacidade produtiva e impulsionar o desenvolvimento sustentável da construção brasileira.

## Eixo 4

# Habitação, mercado imobiliário e desenvolvimento urbano



### Contexto / diagnóstico

Moradia digna é um direito fundamental e condição essencial para o exercício da cidadania, a estabilidade familiar e o acesso a oportunidades de emprego, renda, educação e qualidade de vida. Entretanto, o déficit habitacional, em suas dimensões quantitativa e qualitativa, permanece entre os grandes desafios nacionais, exigindo respostas compatíveis com sua dimensão social, econômica e territorial.

Superar esses desafios exige consolidar a habitação como política permanente de Estado, com planejamento de longo prazo, continuidade dos programas habitacionais e diversificação das soluções de acesso à moradia, incluindo o acesso ao solo urbanizado. Exige também fortalecer a produção imobiliária e integrar a política habitacional ao desenvolvimento urbano, assegurando moradias conectadas a emprego, transporte, infraestrutura e serviços públicos.

### Temas prioritários / Propostas

#### 4.1 Habitação como política de Estado

- Consolidação da habitação como política permanente de Estado, com Plano Nacional até 2035, metas nacionais e regionais e integração das modalidades de atendimento.
- Continuidade, ampliação e aperfeiçoamento dos programas habitacionais federais desenvolvidos e consolidados nos últimos anos, com atualização de faixas de renda, tetos, subsídios e parâmetros regionais, assegurando recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).
- Ampliação do programa habitacional federal, com meta de contratação de 4 milhões de novas moradias entre 2027 e 2030, superando os resultados dos quatro anos anteriores, com recursos, subsídios e capacidade de execução compatíveis.
- Prioridade à habitação de interesse social nas políticas públicas e no orçamento nacional, assegurando continuidade dos investimentos e atendimento às famílias de menor renda.

#### 4.2 Acesso à moradia, mercado imobiliário e produção habitacional

- Redução do déficit, da inadequação habitacional e do ônus excessivo do aluguel, com prioridade às famílias de menor renda.
- Fortalecimento do mercado imobiliário e da produção de moradias e lotes urbanizados, gerando investimentos e empregos e atendendo diferentes faixas de renda, demandas regionais e capacidade de acesso das famílias.
- Ampliação do acesso ao primeiro imóvel, com redução das barreiras de entrada, incluindo o compromisso Entrada Protegida.
- Expansão da locação acessível, inclusive nos programas de habitação de interesse social, como alternativa complementar à aquisição.
- Fortalecimento dos programas de regularização fundiária, com atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade.
- Ampliação da participação de empresas de diferentes portes na produção habitacional e nos programas públicos de moradia.

#### 4.3 Desenvolvimento urbano e integração das cidades

- Integração da habitação ao planejamento urbano, à infraestrutura e aos serviços essenciais, com modernização dos instrumentos urbanísticos, cooperação federativa e respeito à autonomia municipal.
- Adensamento qualificado, revitalização de áreas centrais, retrofit e uso de imóveis ociosos, articulados ao estímulo a loteamentos e bairros planejados com expansão coordenada, infraestrutura e serviços.
- Avaliação das políticas habitacionais por indicadores de qualidade urbana, acessibilidade, deslocamento e custo habitacional total.

### Objetivo

Consolidar a habitação como política permanente de Estado, ampliando o acesso à moradia, fortalecendo o mercado imobiliário e diversificando as soluções habitacionais para diferentes faixas de renda.

Promover a integração das políticas de habitação ao desenvolvimento urbano, assegurando cidades planejadas, estruturadas e conectadas a empregos, infraestrutura e serviços essenciais.

# Eixo 5

## Infraestrutura e integração nacional

### Contexto / diagnóstico

Infraestrutura é essencial para integrar territórios, reduzir custos e ampliar a competitividade da economia brasileira. Entretanto, gargalos logísticos, dependência do transporte rodoviário e insuficiência de ferrovias, hidrovias e estruturas portuárias comprometem a chegada de insumos e escoamento da produção reduzindo competitividade dos produtos brasileiros. Superar esses desafios exige visão integrada e

planejamento de longo prazo para atender polos produtivos e suas necessidades futuras, articulando transportes, energia, saneamento e conectividade. Exige investimentos contínuos sustentados por modelos públicos, privados e híbridos que viabilizem projetos estratégicos, inclusive aqueles de elevado retorno econômico e social, mas sem atratividade financeira suficiente para execução exclusivamente privada.

### Temas prioritários / Propostas

#### 5.1 Infraestrutura para o desenvolvimento e integração nacional

- Ampliação dos investimentos e planejamento integrado da infraestrutura para 20 a 30 anos, promovendo desenvolvimento, competitividade e integração nacional e antecipando polos produtivos, demandas de escoamento, redes e investimentos estratégicos.
- Expansão, modernização e manutenção da infraestrutura logística, energética, de saneamento e conectividade, incluindo data centers, em sintonia com indústria, agronegócio, serviços e economia digital, com qualidade, eficiência, continuidade e apoio a estados e municípios na implementação do marco do saneamento.
- Ampliação dos investimentos em geração, transmissão e distribuição de energia, com prioridade para fontes renováveis e destaque para o aproveitamento do potencial hidrelétrico (UHEs e PCHs).

#### 5.2 Logística integrada e competitividade

- Desenvolvimento de sistema logístico nacional integrado e multimodal, articulando rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos.
- Expansão e modernização dos corredores logísticos, conectando regiões produtoras, terminais, portos e mercados, com maior integração e eficiência dos diferentes modais.

#### 5.3 Modelos de investimento, concessões e PPPs

- Ampliação dos investimentos públicos, privados e híbridos em infraestrutura, com modelos adequados à viabilidade financeira e ao retorno econômico e social, incluindo aportes, garantias e subsídios para projetos de interesse nacional com baixa atratividade privada.
- Ampliação das concessões e PPPs, inclusive de pequeno e médio porte, com modelos flexíveis e mecanismos de apoio a estados e municípios.
- Fortalecimento institucional das agências reguladoras, assegurando autonomia técnica e decisória, independência na atuação, capacidade operacional e estabilidade regulatória, conferindo segurança jurídica, previsibilidade e confiança aos investimentos em infraestrutura.
- Aperfeiçoamento da estruturação, contratação e execução dos projetos de infraestrutura, com maior maturidade técnica, segurança jurídica e eficiência dos investimentos.

### Objetivo

Promover a infraestrutura como política estratégica de desenvolvimento nacional, com planejamento de longo prazo que antecipe as necessidades do setor produtivo e oriente a expansão e integração das redes e serviços essenciais. Ampliar os investimentos públicos e

privados, com modelos adequados à natureza e ao retorno econômico e social dos projetos, reduzindo custos logísticos, fortalecendo a competitividade da produção brasileira e impulsionando a integração e o desenvolvimento do País.

## Eixo 6

# Edificações, obras públicas e equipamentos sociais

### Contexto / diagnóstico

Paralisações, atrasos e deficiências no planejamento e na contratação de obras públicas comprometem a qualidade dos investimentos, elevam custos e retardam a entrega de infraestrutura e equipamentos essenciais à população. Projetos insuficientemente elaborados, orçamentos inadequados e contratos desequilibrados contribuem para a descontinuidade dos empreendimentos e o desperdício de recursos públicos.

Superar esses desafios exige aperfeiçoar o planejamento, a contratação e a execução das obras, assegurando qualidade técnica, segurança contratual e continuidade dos investimentos. Exige também integrar, desde a concepção dos empreendimentos, sua implantação, operação e manutenção, com previsão dos recursos necessários ao funcionamento e à prestação dos serviços à sociedade.

### Temas prioritários / Propostas

#### 6.1 Planejamento, execução e continuidade das obras públicas

- Priorização da conclusão de obras paralisadas ou inacabadas, com avaliação técnica de sua viabilidade, continuidade ou reprogramação.
- Aperfeiçoamento do planejamento e da preparação dos empreendimentos públicos, com projetos maduros, orçamentos realistas, cronogramas compatíveis e integração entre as etapas de contratação e execução.
- Fortalecimento dos mecanismos de acompanhamento e gestão das obras públicas, assegurando continuidade, controle de prazos e custos, qualidade e eficiência na aplicação dos recursos.

#### 6.2 Contratações públicas e qualidade dos projetos

- Aperfeiçoamento da legislação e dos processos de contratação de obras e serviços de engenharia, considerando suas especificidades técnicas, com revisão de dispositivos legais e regulamentares que comprometam a qualidade das contratações.
- Fortalecimento dos critérios de técnica e preço, qualidade dos projetos e análise de exequibilidade das propostas, evitando contratações baseadas exclusivamente no menor preço.
- Preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, com mecanismos adequados de reequilíbrio, segurança jurídica e definição de responsabilidades.
- Modernização dos procedimentos de licitação, contratação, fiscalização e execução, com maior transparência, eficiência e utilização de tecnologias digitais.

#### 6.3 Edificações, equipamentos sociais e qualidade dos serviços públicos

- Planejamento integrado de edificações e equipamentos sociais, conforme demanda, localização, funcionalidade e necessidades da população.
- Integração dos investimentos e cronogramas de obras à provisão de equipes, equipamentos e recursos de custeio, previstos desde a aprovação do empreendimento, assegurando o início e a continuidade dos serviços.
- Planejamento e previsão plurianual de recursos para manutenção preventiva, conservação e modernização das edificações públicas, assegurando a continuidade dos serviços.
- Avaliação dos investimentos pela qualidade, funcionalidade e efetiva prestação dos serviços, além da entrega das obras.

### Objetivo

Promover obras públicas e equipamentos sociais com planejamento adequado, qualidade técnica, segurança contratual e continuidade dos investimentos, assegurando eficiência na aplicação dos recursos. Integrar construção,

aparelhamento, provisão de equipes, operação e manutenção, para garantir serviços contínuos e de qualidade e melhores condições de vida para a população.

## Eixo 7

# Produtividade, industrialização, inovação, trabalho e sustentabilidade

### Contexto / diagnóstico

A construção brasileira enfrenta desafios de produtividade, modernização tecnológica e qualificação profissional que limitam sua competitividade e capacidade de atender à demanda por habitação, infraestrutura e investimentos produtivos. Baixa industrialização e informalidade comprometem eficiência, custos e qualidade dos empreendimentos.

Superar esses desafios exige integrar industrialização, inovação, transformação digital, valorização do emprego formal e sustentabilidade, promovendo ganhos de produtividade que fortaleçam as empresas, ampliem as oportunidades para os trabalhadores e contribuam para o desenvolvimento econômico e social.

### Temas prioritários / Propostas

#### 7.1 Produtividade e industrialização da indústria da construção

- Ampliação da produtividade e competitividade com metas e indicadores de desempenho.
- Desenvolvimento e implementação de política nacional de industrialização da construção, com articulação e instrumentos de incentivo
- Processos construtivos, com incentivo à pré-fabricação, modularização e produção industrializada, utilizando o poder de compra e contratação do Estado como instrumento de indução.
- Modernização das normas técnicas e instrumentos regulatórios, acompanhando a evolução dos sistemas construtivos.

#### 7.2 Inovação e transformação digital

- Fortalecimento da pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, articulando empresas, instituições de pesquisa, fundos nacionais e agentes de fomento.
- Transformação digital da construção, com disseminação do BIM e integração de novas tecnologias à gestão, produção e ciclo de vida dos empreendimentos
- Incentivo à adoção de tecnologias inovadoras e à atualização de equipamentos.

#### 7.3 Trabalho, relações trabalhistas e qualificação

- Formação e requalificação profissional para industrialização, novas tecnologias e demandas do setor
- Valorização do emprego formal e inclusão produtiva, com transição segura de beneficiários de programas sociais ao trabalho e fortalecimento das contribuições previdenciárias
- Modernização da legislação e das relações trabalhistas, com segurança jurídica, negociação coletiva, produtividade, saúde, segurança e melhores condições de trabalho.
- Transição da jornada, sustentada por ganhos de produtividade, preservação da remuneração, competitividade equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

#### 7.4 Sustentabilidade da construção

- Desenvolvimento de política nacional de sustentabilidade da construção, com governança e integração das iniciativas existentes.
- Incentivo à descarbonização, eficiência energética, economia circular, gestão de resíduos e uso sustentável dos recursos naturais.
- Incorporação da taxonomia sustentável, critérios ESG e certificações ambientais às políticas e aos processos produtivos.
- Adaptação das edificações e da infraestrutura aos eventos climáticos extremos, fortalecendo a resiliência urbana.

### Objetivo

Ampliar produtividade e competitividade da construção brasileira por meio da industrialização sustentável, inovação e transformação digital, utilizando o poder de compra do Estado como indutor da modernização produtiva.

Promover qualificação e formalização do trabalho, com ganhos de produtividade que viabilizem a modernização gradual das jornadas, a valorização dos trabalhadores e o fortalecimento da capacidade produtiva do setor, com maior eficiência e qualidade.



# ROTEIRO DE IMPLEMENTAÇÃO PARA 2027

Para transformar as prioridades desta Agenda em resultados concretos, propõe-se articular compromissos de longo prazo com ações ao longo de 2027, incluindo medidas para os primeiros 100 dias de governo.

A implementação deverá observar as diretrizes de planejamento e governança propostas nesta Agenda, assegurando coordenação institucional, segurança jurídica, participação dos setores envolvidos, definição de responsabilidades e acompanhamento dos resultados.

| 2027               | Ações prioritárias propostas                                                                                                                                                                                                                                    |
|--------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Primeiros 100 dias | Estabelecer os mecanismos de governança da Agenda, articulados às estruturas existentes; definir responsáveis; organizar a carteira de projetos estratégicos, obras paralisadas e investimentos prioritários; estabelecer metas e mecanismos de acompanhamento. |
| 1º semestre        | Avançar nos instrumentos permanentes de habitação de interesse social e de mercado; estruturar a carteira de concessões e PPPs; iniciar ações de qualificação, inclusão produtiva, industrialização e modernização da construção.                               |
| 1º trimestre       | Fortalecer as diretrizes de <i>funding</i> habitacional e de infraestrutura; revisar entraves regulatórios; avaliar o cronograma da Reforma Tributária sobre o Consumo.                                                                                         |
| 2º trimestre       | Apoiar PPPs estaduais e municipais; estabelecer diretrizes de viabilidade operacional dos equipamentos públicos.                                                                                                                                                |
| 2º semestre        | Consolidar diretrizes dos planos de habitação e logística integrada; estabelecer metas de produtividade, sustentabilidade e modernização; reduzir entraves ao investimento.                                                                                     |
| 3º trimestre       | Avançar na locação social; aperfeiçoar a maturidade dos projetos públicos; encaminhar medidas de modernização das contratações públicas.                                                                                                                        |
| 4º trimestre       | Consolidar a programação plurianual habitacional e de infraestrutura; apresentar relatório de resultados, desvios e medidas corretivas.                                                                                                                         |

## Governança e mecanismos de implementação

A execução das prioridades deverá estar vinculada ao modelo de planejamento e governança proposto no Eixo 1, articulando União, estados, municípios, órgãos reguladores, instituições financeiras, setor produtivo e demais atores envolvidos.

Para cada prioridade estratégica, deverão ser definidos:

- Responsáveis e instâncias de coordenação.
- Instrumentos de implementação.
- Fontes de recursos e condições de viabilidade.
- Metas, indicadores e marcos de execução.
- Mecanismos de acompanhamento, avaliação e correção de rumos.

A governança deverá assegurar transparência, continuidade institucional e avaliação dos resultados, convertendo os compromissos assumidos em ações coordenadas e verificáveis.



# COMPROMISSO DOS CANDIDATOS

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC apresenta aos candidatos à Presidência da República uma agenda estratégica voltada ao desenvolvimento nacional, à ampliação dos investimentos e ao fortalecimento da indústria da construção brasileira.

As propostas estão organizadas em sete eixos estratégicos, que reúnem as condições necessárias para ampliar a capacidade do País de planejar, investir, produzir e promover o desenvolvimento econômico e social:

- 1. Planejamento, governança e visão de longo prazo:** promover uma visão nacional de desenvolvimento, com planejamento de Estado, carteira de projetos prioritários, coordenação institucional e acompanhamento de resultados.
- 2. Equilíbrio fiscal, juros e eficiência do Estado:** fortalecer a sustentabilidade fiscal, promover reformas estruturantes, modernizar o Estado e criar condições para a redução sustentável dos juros e a ampliação dos investimentos.
- 3. Ambiente de negócios, *funding* e crédito:** assegurar segurança jurídica, previsibilidade regulatória, fortalecimento dos mecanismos estruturais de financiamento e ampliação do acesso ao crédito para a construção.
- 4. Habitação, mercado imobiliário e desenvolvimento urbano:** consolidar a habitação como política de Estado, ampliar o acesso à moradia, fortalecer o mercado imobiliário e promover o desenvolvimento urbano integrado
- 5. Infraestrutura e integração nacional:** ampliar e qualificar os investimentos em infraestrutura, fortalecer a integração logística e desenvolver modelos públicos, privados e híbridos adequados às necessidades do País.
- 6. Obras públicas, edificações e equipamentos sociais:** priorizar a conclusão das obras, a qualidade dos projetos e contratações e o efetivo funcionamento dos equipamentos e serviços públicos.
- 7. Produtividade, industrialização, inovação, trabalho e sustentabilidade:** promover a modernização produtiva, a transformação digital, a qualificação profissional, a inclusão produtiva, a modernização das relações de trabalho e a sustentabilidade da construção.

**A CBIC convida os candidatos à Presidência da República a conhecer e considerar as propostas desta Agenda, incorporando suas prioridades aos respectivos programas de governo.** Para sua implementação a partir de 2027, propõe a estruturação de um plano de ação com definição de responsáveis, instrumentos, fontes de recursos, metas e mecanismos de acompanhamento, considerando o roteiro sugerido para 2027, inclusive as medidas previstas para os primeiros 100 dias de governo.

Mais do que apresentar uma agenda de prioridades, a indústria da construção reafirma seu compromisso de atuar como parceira do poder público na superação dos desafios estruturais do País, contribuindo para transformar as diretrizes propostas em políticas, investimentos e resultados concretos para a sociedade brasileira.



## ENTIDADES ASSOCIADAS

ABRA INC  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

ABRASI  
Associação Brasileira de Empresas de Serviços de Limpeza Urbana

ABRVAP  
Associação Brasileira de Vendedores de Produtos de Limpeza

ADEMI-AL  
Associação dos Industriais de Alvenaria do Estado de Alagoas

ADEMIAM  
Associação dos Industriais de Alvenaria do Estado de Mato Grosso do Sul

ADEMI  
Associação dos Industriais de Alvenaria do Estado de Minas Gerais

ADEMI-ES  
Associação dos Industriais de Alvenaria do Estado de Espírito Santo

ADEMI-GO  
Associação dos Industriais de Alvenaria do Estado de Goiás

ADEMI-PARANÁ  
Associação dos Industriais de Alvenaria do Estado do Paraná

ADEMI-PR  
Associação dos Industriais de Alvenaria do Estado do Paraná

ADEMI-RJ  
Associação dos Industriais de Alvenaria do Estado do Rio de Janeiro

ADEMI-SE  
Associação dos Industriais de Alvenaria do Estado de Sergipe

ADITBrasil  
Associação dos Industriais de Alvenaria do Estado do Rio de Janeiro

AEFER  
Associação dos Industriais de Alvenaria do Estado do Rio de Janeiro

AELO  
Associação dos Industriais de Alvenaria do Estado do Rio de Janeiro

aneor  
Associação dos Industriais de Alvenaria do Estado do Rio de Janeiro

APeMEC  
Associação dos Industriais de Alvenaria do Estado do Rio de Janeiro

APEOP  
Associação dos Industriais de Alvenaria do Estado do Rio de Janeiro

APEOP  
Associação dos Industriais de Alvenaria do Estado do Rio de Janeiro

ASBRACO  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

ASEOPP  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

ASSECOB  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

ASSILCON  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

FENAPC  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SECONCIBRASIL  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SECOVIGIÁS  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SECOVIR  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SECOVIR  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SICEPOT MG  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-AC  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-AL  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-AM  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-AP  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-BA  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-CE  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-DF  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-ES  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-FA  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-GO  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-JF  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-MA  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-MG  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-MS  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-MT  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-PB  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-PE  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-PI  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-PR  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-RR  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-RN  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-RS  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-RO  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-SE  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-SP  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINDUSCON-TAP  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland

SINICON  
Associação Brasileira de Indústrias de Cimento Portland



# FICHA TÉCNICA

## Conselho de Administração 2026 – 20269

Presidente | Eduardo Aroeira Almeida – DF

Presidente Executivo | Fernando Guedes Ferreira Filho – MG

Vice-presidente Administrativo | Marcos Mauro Pena de Araújo Moreira Filho – PR

Vice-presidente Financeiro | Alfredo Guttenberg de Mendonça Brêda – AL

Relações Institucionais e Governamentais | Luis Henrique Macedo Cidade

Superintendente | Aloísio Soares

Gerente de Projetos | Danielle Guimarães

Gerente de Comunicação | Doca de Oliveira

Comitê Econômico | Ieda Vasconcelos – MG

## Vice-presidentes de Área

Vice-Presidente da Área de Responsabilidade Social | Maria Inês Menegotto de Campos – RS

Vice-Presidente da Área de Infraestrutura | Vinícius Augusto Pereira Benevides – RJ

Vice-Presidente da Área de Habitação de Interesse Social | Clausens Roberto de Almeida Duarte – CE

Vice-Presidente da Área da Indústria Imobiliária | Ely Flavio Wertheim – SP

Vice-Presidente Inovação | Dionyzio Antonio Martins Klavdianos – DF

Vice-Presidente da Área de Política de Relações Trabalhistas | David de Oliveira Fratel – SP

Vice-Presidente da Área de Obras Industriais e Corporativas (COIC) | Ilso José de Oliveira – MG

Vice-Presidente da Área de Meio Ambiente | Nilson Sarti da Silva Filho – BA

Vice-Presidente Jurídico | Fernando Melazzo – GO

## Vice-presidentes Regionais

Região Centro-Oeste | Cezar Valmor Mortari – GO

Região Sudeste | Raphael Rocha Lafetá – MG

Região Sul | Ricardo Dias Michelin – RS

Região Nordeste | Patriolino Dias de Sousa Teixeira e Silva – CE

Região Norte | Clerlânio Fernandes de Holanda – RR

**Brasília, 21 de outubro de 2026**

**Construção, fator  
essencial para o  
desenvolvimento  
do Brasil.**

**Agenda da indústria da  
construção aos  
Presidenciáveis** é uma  
publicação da Câmara  
Brasileira da Indústria  
da Construção (CBIC).

**CBIC** | Câmara Brasileira  
da Indústria da  
Construção

[www.cbic.org.br](http://www.cbic.org.br)  
[www.facebook.com/cbicbrasil](https://www.facebook.com/cbicbrasil)  
[www.twitter.com/cbicbrasil](https://www.twitter.com/cbicbrasil)  
[www.instagram.com/cbic.brasil/](https://www.instagram.com/cbic.brasil/)  
[www.youtube.com/user/cbicvideos](https://www.youtube.com/user/cbicvideos)  
[www.linkedin.com/company/cbicbrasil/](https://www.linkedin.com/company/cbicbrasil/)  
[www.flickr.com/photos/cbicfotos](https://www.flickr.com/photos/cbicfotos)  
[www.tiktok.com/@cbicbrasil](https://www.tiktok.com/@cbicbrasil)

Elaboração:

**FOCO** Relações  
Governamentais

Setor Comercial Norte, Quadra 1,  
Bloco F, Ed. America Office Tower,  
Sala 128, Asa Norte. Brasília – DF.  
CEP: 70711-905  
Telefone: +55 (61) 3327-1289  
E-mail: [foco@foco-relgov.com.br](mailto:foco@foco-relgov.com.br)  
Site: [www.foco-relgov.com.br](http://www.foco-relgov.com.br)